



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 19/2021

Período: 05/06/2021 - 11/06/2021

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Absolvição de general Pazuello I: contextualização
- 2- Absolvição de general Pazuello II: repercussão entre militares e políticos
- 3- Absolvição de general Pazuello III: repercutiu em jornais
- 4- Jornal comparou aceite à Copa América com a política esportiva de Médici
- 5- CPI da Covid continua refletindo em militares
- 6- Futuro da substituição da Lei de Segurança Nacional ainda é incerto
- 7- Sargento da Marinha se considera perseguido por fazer oposição a Bolsonaro
- 8- Jornal comentou custos de viagens de Bolsonaro a instalações e eventos militares
- 9- Força Aérea Brasileira transporta pacientes em estado grave do Mato Grosso do Sul para São Paulo
- 10- Carreira e obra de Carlos Vergara foi retratada por jornal
- 11- Colunistas discorreram sobre ameaças à democracia no Brasil
- 12- Após absolver Pazuello, comandante do Exército foi condecorado com Grã-Cruz
- 13- Tenente-coronel defensor da cloroquina foi exonerado do Ministério da Saúde
- 14- Em crise de segurança pública, prefeito de Manaus solicitou atuação das forças armadas
- 15- Mourão cogita nova GLO na Amazônia após aumento dos focos de incêndio
- 16- Pazuello e Exército foram avisados sobre colapso em escritórios do governador do Amazonas
- 17- Processo que absolveu Pazuello recebeu sigilo de até 100 anos
- 18- Em depoimento à CPI da Covid, coronel Élcio Franco buscou justificar a lentidão por vacina
- 19- Em comemoração à data magna, almirante destacou contribuição da Marinha à Operação Covid-19
- 20- Alto Comando do Exército apoia “PEC do Pazuello”

1- Absolvição de general Pazuello I: Contextualização e personagens

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* detalhou o recente impasse gerado entre o Exército e a presidência da República a respeito da punição do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde e general da ativa, que participou de ato político no Rio de Janeiro no dia 23/05/21 ao lado do presidente da República, Jair Bolsonaro. Apesar de constituir crime um militar da ativa

participar de eventos político-partidários, o Exército livrou Pazuello de quaisquer punições em anúncio no dia 03/06/21. Pazuello é general de três estrelas e responsável por logística militar; em 2020, abandonou seu posto como comandante da 12ª Região Militar para assumir o cargo de ministro da Saúde, o qual ocupou até março de 2021. Desde o dia 01/06/21, o militar mantém um cargo como secretário de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), vinculada à presidência da República. Em defesa, Pazuello alegou estar ao lado do cidadão Bolsonaro, e não do presidente da República, e ainda afirmou que a não filiação de Bolsonaro a partidos políticos é suficiente para desconsiderar o evento como um ato político. Alguns dias após o episódio, Bolsonaro se encontrou com o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, da mais alta patente. Em março de 2021, quando os três comandantes das Forças Armadas foram exonerados devido a discordâncias com Bolsonaro, Oliveira conseguiu ascender como comandante do Exército, obtendo então competência para julgar crimes como o cometido por Pazuello. No encontro, o presidente disse que não queria que Pazuello fosse punido. No dia 03/06/21, o novo comandante do Exército cedeu, culminando no arquivamento do processo sob a justificativa de que não houve “prática de transgressão disciplinar por parte do general Pazuello”. Sobre o ato de Pazuello, o vice-presidente da República, Antônio Hamilton Mourão, indicou a punição do colega militar, sugerindo que o ex-ministro solicitasse transferência para a reserva. Mourão afirmou que a punição evitaria “que a anarquia se instaure dentro das Forças Armadas”. Após a decisão de Oliveira de livrar Pazuello, Mourão decidiu não comentar o assunto com a *Folha*. O Alto-Comando do Exército é composto por 15 oficiais de quatro estrelas no topo da carreira militar. Apesar de não ter voz na punição de Pazuello, o corpo foi consultado por Oliveira no dia 02/06/21 – apesar do comandante já estar com a decisão tomada desde o dia 30/06/21. Inicialmente, a maioria dos oficiais defenderam que Pazuello fosse punido pela “evidente transgressão disciplinar”, com sugestões desde punições mais leves até as mais severas. Contudo, de acordo com *O Estado de S. Paulo*, pesou o argumento de impedir o escalonamento da crise, e que Pazuello teria sido chamado pelo presidente da República a subir no palanque, sendo o ato então de responsabilidade do comandante supremo das Forças Armadas. Por fim, a reportagem apontou que a decisão de Oliveira foi firmada apesar da falta de unanimidade, mas ainda assim foi respaldada pelo Alto Comando do Exército, de modo a preservar a disciplina: “não foi nem será contestada pela cúpula verde-oliva”. *O Estado* também destacou que a decisão destoava do histórico de punições da Força, em processos administrativos para apurar “transgressões de natureza político-partidária”. Dentre os casos, o periódico destacou o processo do próprio presidente da República, preso na década de 1980 após publicar um artigo em protesto ao salário das tropas, e o caso mais recente, do terceiro sargento da Marinha Michel Uchiha, colocado em prisão disciplinar na Escola Naval do Rio de Janeiro por criticar Bolsonaro nas redes sociais. Além destes personagens, o general Walter Braga Netto, atual ministro da Defesa, apoiou o ex-ministro da Saúde, algo tido pelo jornal como central no desenrolar da situação. De mesmo modo, o general Luiz Eduardo Ramos, atual chefe da Casa Civil, se manteve na defesa de Pazuello respaldado por um grupo de militares ligados à presidência. (*Folha de S. Paulo - Poder - 07/06/21*; *O Estado de S. Paulo - Política - 05/06/21*)

2- Absolvição de general Pazuello II: repercussão entre militares e políticos

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o general da reserva e ex-ministro da Secretaria de Governo Carlos Alberto dos Santos Cruz criticou a absolvição do general Eduardo Pazuello, classificando-a como um "péssimo exemplo para o Brasil", um "ataque frontal à disciplina e à hierarquia" das forças armadas e uma "desmoralização para todos nós". Santos Cruz afirmou que a decisão se trata de mais um movimento do presidente da República, Jair Bolsonaro, para enfraquecer as instituições, e que a "união de todos os militares com seus comandantes continua sendo a grande arma para não deixar a política partidária, a politicagem e o populismo entrarem nos quartéis". Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a ingerência de Bolsonaro nas forças armadas tem sido cada vez maior. A não punição de Pazuello, determinada pelo comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, confirmou a resistência do presidente quanto a qualquer punição para Pazuello. Com a resposta negativa ao reconhecimento da transgressão, militares realizaram "um contorcionismo retórico" ou evitaram comentar a decisão do comandante. O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, por exemplo, disse que não comentaria a decisão "por uma questão de disciplina intelectual", alegando também ser, enquanto general, subordinado ao Comandante do Exército. Generais ouvidos pelo periódico vão iniciar estratégias de contenção de danos, como orientações contrárias à participação em atos políticos, temendo a multiplicação de movimentações políticas e quebra de hierarquia dentro das forças após a decisão. Já no meio político, presidenciáveis e ex-ministros comentaram a decisão. Ciro Gomes afirmou que o regulamento disciplinar é claro ao dizer que "militar não faz política", e que o Alto Comando do Exército se rendeu às pressões de "um presidente inconformado" para se preservar. João Amoedo, Gleisi Hoffmann, Marina Silva, e Marco Aurélio Mello afirmaram que a decisão abre precedente perigoso, enfraquecendo a hierarquia e disciplina da instituição. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-ministro da Defesa Raul Jungmann afirmou que Bolsonaro "persegue o modelo de [Hugo] Chávez", reduzindo o comando dos militares e transferindo-o para ele, e que a decisão abre margem para rupturas e divisões internas nas forças armadas. Jungmann, assim como o ex-presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, destacou a possibilidade de o Congresso aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para regulamentar a participação de militares da ativa no governo. A deputada federal Joice Hasselmann também comentou as semelhanças com o chavismo, apontando uma "politização escancarada do Exército". O ex-ministro da Defesa Celso Amorim lamentou o desrespeito ao regulamento do Exército, e fez coro com a análise de Jungmann de que a decisão enfraquece a integridade das forças e domestica o Exército em uma instituição de governo, da figura do presidente da República. O também ex-ministro da Defesa Aldo Rebelo, em entrevista ao *Correio*, consonou com seus pares, dizendo que a absolvição pode estimular a anarquia nas forças, já que abre margem à interpretação de que a politização e a indisciplina estão liberadas. Ao mesmo tempo, lembrou que Bolsonaro "sempre praticou a indisciplina" enquanto militar, tendo sido expulso do Exército; e que agora, como presidente, "acha que tem carta branca para fazer o que quiser", ignorando preceitos constitucionais que prezam pela hierarquia e disciplina (*Correio Braziliense* - Poder - 05/06/21; *Correio Braziliense* - Política - 07/06/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 05/06/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 06/06/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 05/06/21)

3- Absolvição de general Pazuello III: repercussões nos jornais

Em editorial, o periódico *Correio Braziliense* afirmou que a atitude do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, comandante do Exército, em absolver o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, provavelmente foi tomada por prudência e ponderação, mas que "abriu as porteiras da caserna à politização entre os comandados" e estabeleceu precedente para os que apoiam o presidente da República. O texto conclui que, no momento delicado de pandemia, fome e desemprego que vive o país, devem imperar a cautela, o bom senso e o compromisso com a democracia, pois o que está ruim "pode se tornar muito pior". Analistas ouvidos pelo *Correio* consideram a não punição de Pazuello como sendo parte de um "xadrez jogado pelo presidente [Jair Bolsonaro] para eventual aventura autoritária sem a participação da cúpula das Forças Armadas". Embora não tenham certeza sobre a viabilidade de tal "aventura", os analistas concordaram em dizer que o "baixo escalão" militar é a base de sustentação e o "bloco forte" de Bolsonaro no Exército. Segundo um dos analistas – o sócio da Hold Assessoria Legislativa, André César –, essas patentes "falam a língua" do presidente, abrindo espaço para que ele "saia da retórica para a ação". Nesse sentido, a impressão geral dos especialistas é de que tal "aceno ao baixo escalão" gera um desgaste tanto para o Exército quanto para a democracia. O periódico *Folha de S. Paulo*, em seu editorial, classificou a defesa de Pazuello como uma "desculpa esfarrapada", e disse ser impossível ignorar o "perigoso precedente" mesmo face à tentativa do comandante em evitar uma nova crise com o governo federal. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Hélio Schwartsman afirmou ser inadmissível que os militares sejam o foco de instabilidade institucional de um país, sendo "melhor que não existissem". A jornalista Cristina Serra pontuou que não é possível responsabilizar essa decisão pela "instalação da anarquia entre os fardados", pois essa insubordinação já vem sendo instigada há muito tempo. O jornalista Jânio de Freitas afirmou que o envolvimento dos militares na política foi recorrente na história do país: as "interferências de militares do Exército na política e nas instituições civis" acontecem desde a proclamação da República. Para o jornalista, esses diversos episódios "criaram no Brasil a normalidade anormal", no qual os princípios de hierarquia e disciplina seriam apenas "lenda[s] sem jamais terem sido realidade". Por fim, em relação à participação de Pazuello no palanque ao lado do presidente, Freitas sustentou que a isenção dada pelo comando do Exército ao ex-ministro somada à sua "nomeação cômica" ao posto de estudos estratégicos da Presidência, questionam a existência de uma "hierarquia, disciplina e respeito à legislação e à Constituição" nas instituições militares. Já em entrevista à *Folha*, o pesquisador e professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Paulo Ribeiro da Cunha afirmou que a absolvição de Pazuello deixou o Exército "acéfalo, com um comando desmoralizado diante da subserviência", criando cenários para que outros grupos desrespeitem os regimentos internos. Mais do que isso, o acadêmico afirmou que o comandante do Exército "perdeu o respeito da tropa" ao aceitar que um capitão – Bolsonaro – desse uma ordem para um general. Cunha sustentou que, dadas as tensões existentes, o que os militares querem é sair do governo "sem maiores danos" à reputação da instituição, que já vem sendo desprestigiada. Por fim, o pesquisador defendeu que é preciso pensar em canais democráticos e legais para que os militares tenham o direito de participação política e apartidária, o que não equivale a episódios como o da participação de Pazuello em

manifestação a favor do presidente. O jornalista e escritor Elio Gaspari afirmou que a “indisciplina bolsonarizada” prevalece no atual governo, sendo impossível determinar a sua duração ou desfecho. Segundo Gaspari, a relação entre militares e política coloca em xeque a disciplina, fazendo com que ela “sai[a] aos poucos” pelas portas dos quartéis. Ainda, lembrando o comentário do ex-general e ex-presidente do Brasil, Ernesto Geisel, sobre o “mau militar”, Jair Bolsonaro, o colunista retomou um episódio histórico, do ano de 1972, no qual Geisel demonstrou sua insatisfação com a transgressão à hierarquia do Exército dado o envolvimento de um sargento com questões políticas da época. Em seu editorial, *O Estado de S. Paulo* lamentou que Pazuello não tenha sido punido “de modo exemplar pelo Exército no mesmo dia em que subiu em um palanque ao lado de Bolsonaro”, e ecoou o argumento de que a decisão “lamentável” apenas estimula o florescimento da insubordinação nos quartéis. O texto concluiu afirmando que, ao se calar nessa crise, o Exército se torna um partido para Bolsonaro, e que, a menos que a Força se manifeste pela manutenção da ordem constitucional, não há garantias de que os militares não se dividirão “em facções incontroláveis”. Em um texto escrito por Denis Lerrer Rosenfield e publicado pelo *Estado*, o autor caracterizou Pazuello como “servil ao presidente” e com atuação não digna, assistindo o aumento de mortes e “desonrando a farda que ainda usa por ser general da ativa”. Para Rosenfield, a obediência e fidelidade do ex-ministro foram descabidas, pois ele não deveria seguir “ordens arbitrárias”, uma máxima que é “válida para a vida civil e a militar”. Sobre a decisão de não punir o ex-ministro, Rosenfield a caracterizou como “desfeita para sua própria instituição” que “escancarou a porta para a anarquia militar”. Em coluna ao *Estado*, a jornalista Eliane Cantanhêde indicou que as forças armadas “jogam no lixo seus princípios basilares” ao acatar a vontade de Bolsonaro. Classificou como “indefensável” que os oficiais se calem em nome da indisciplina. Para Cantanhêde, ao optarem por Bolsonaro em 2018, os militares acreditavam que teriam “a bússola e o manche”, mas foram “subjugados” por ele quando diz “Quem manda sou eu” ao receberem medalhas e aumentos salariais em plena pandemia e crise de desemprego. Cantanhêde salientou que não se ouve defesa da postura de Bolsonaro por nenhum oficial-general das Forças, mas também nenhuma manifestação de “descontentamento”, mencionando que delegaram este papel aos ex-ministros da Defesa Raul Jungmann e Aldo Rebelo e ao general Santos Cruz. Para ela, “oficiais sérios e com senso de responsabilidade” indicam que se trata apenas de “sensação de vitória” de Bolsonaro, mas que o que conseguiu foi aprofundar a divisão e disparar “sinal de alerta”. (Correio Braziliense - Poder - 05/06/21; Correio Braziliense - Opinião - 05/06/21; Correio Braziliense - Poder - 06/06/21; Correio Braziliense - Política - 07/06/21; Correio Braziliense - Opinião - 07/06/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 05/06/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 06/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 06/06/21; O Estado de S. Paulo - Notas & Informações - 05/06/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 07/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 08/06/21)

4- Jornal comparou aceite à Copa América com a política esportiva de Médici
Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o aceite do presidente da República, Jair Bolsonaro, em sediar a Copa América no Brasil pode ser comparado às ações do presidente general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), durante o regime militar (1964-1985). Para o jornal, “atores políticos sempre compararam a seleção a uma substância potente o suficiente para remover as manchas

históricas dos governos”. Durante o governo Médici, além da estratégia de tentar aparecer visualmente mais popular e distanciar-se de seu passado como membro de órgãos de repressão, o presidente tendia a usar o esporte como um potencializador de sua popularidade, aparelhando a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) com militares: “Onde o Arena [Aliança Nacional Renovadora] vai mal, mais um time nacional Naquela época, era frequente que o governo e a CBD interferissem nas federações estaduais, dirigentes de clubes e, sobretudo, na seleção brasileira. Sobre este ponto, o jornal lembrou a substituição do técnico João Saldanha por Mario Jorge Lobo Zagallo para a Copa do Mundo de 1970. A respeito da Copa América, o colunista Juca Kfourri teceu uma dura crítica à posição de Bolsonaro, usando o trocadilho “Cova América” para se referir ao evento, e comparou o tratamento dado por André Megale, diretor da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), às denúncias de assédio sexual contra Rogério Caboclo, presidente da CBF, com a defesa de Eduardo Pazuello a respeito de sua presença em um ato político Finalmente, Kfourri disse esperar que no futuro a camisa da CBF deixe de ser utilizada pelos favoráveis à tortura e intervenção militar. (Correio Braziliense - Política - 07/06/21; Folha de S. Paulo - Esporte - 07/06/21)

5- CPI da Covid continua refletindo em militares

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o senador Alessandro Vieira apresentou requerimentos para a quebra de sigilos telefônico, bancário, fiscal e telemático de diversas figuras em prol das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. Dentre as figuras listadas está o ex-ministro da Saúde e general da ativa Eduardo Pazuello. Sobre os requerimentos de presença, deverá ser votada a convocação do anestesista e tenente da Marinha Luciano Dias Azevedo, um dos principais defensores do uso da cloroquina contra Covid-19. Ele já foi citado no depoimento do ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta como presente em reunião que tentou modificar a bula do medicamento. (Correio Braziliense - Política - 07/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 07/06/21)

6- Futuro da substituição da Lei de Segurança Nacional ainda é incerto

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, há uma possibilidade de que, caso aprovada, a substituta da Lei de Segurança Nacional (LSN) possa ser vetada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para, assim, livrar apoiadores enquadrados em crimes segundo a lei original. A LSN foi aprovada em 1983, durante a ditadura militar (1964-1985), mas recentes movimentações no Legislativo e Judiciário deram coro à sua substituição. O novo texto, que prevê dentre outros o crime de atentado ao Estado democrático de Direito, já foi aprovado na Câmara, está em discussão no Senado e tem defensores entre a oposição e a base do presidente. Em particular, os apoiadores do presidente temem movimentações vindas do Supremo Tribunal Federal (STF) que usaram a LSN para criminalizar atos que pedem o fechamento do Congresso Nacional e o retorno do Ato Institucional nº5 (AI-5). Ademais, mesmo em caso de veto total ou parcial vindo do presidente, o Congresso ainda tem a possibilidade de derrubá-lo. (Folha de S. Paulo - Poder - 07/06/21)

7- Sargento da Marinha se considera perseguido por fazer oposição a Bolsonaro
Segundo reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o terceiro-sargento da Escola Naval da Marinha Michel Santos já foi alvo de três sindicâncias por se manifestar contrário ao presidente da República, Jair Bolsonaro. O militar, que já foi vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), considera as investigações uma perseguição contra sua pessoa, causadas pela sua posição política à esquerda e sua homossexualidade. A primeira sindicância ocorreu em agosto de 2020, após manifestar-se em suas redes sociais de forma crítica a Bolsonaro, sendo acusado de ofensa ao presidente e familiares. No caso, a publicação questionava sobre os R\$ 89 mil depositados na conta da primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Em audiência disciplinar em janeiro de 2021, a defesa de Santos alegou que as imagens de celular usadas como provas eram duvidosas e que não se recordava se a autoria era do militar ou de sua assessoria de campanha. Além disso, foi ressaltado como o oficial que denunciou o sargento também já havia se manifestado favoravelmente a Bolsonaro nas redes sociais. Em uma nova sindicância, Santos não foi ouvido e, nela, concluiu-se que ele transgrediu o regulamento disciplinar por ter faltado com a verdade em sua primeira audiência por colocar em dúvida os *prints*, sendo assim condenado a dois dias de prisão. Sua advogada solicitou *habeas corpus*, alegando perseguição por parte dos superiores. A liminar foi atendida e Santos foi solto ainda no seu primeiro dia de pena. Depois disso, uma nova sindicância foi aberta por denúncia anônima, acusando o sargento de receber remunerações além da Marinha, sendo que militares ativos não podem exercer quaisquer outras atividades formais além do serviço. Em um evento isolado em 2020, Santos tinha participado como roteirista em uma transmissão ao vivo nas redes sociais, recebendo pontualmente uma remuneração. A defesa disse alegar que a atividade foi um caso isolado e que não pode ser considerada atividade remunerada. Segundo a advogada, “querem pegar o Michel”. (*Folha de S. Paulo* - Poder - 07/06/21)

8- Jornal comentou custos de viagens de Bolsonaro a instalações e eventos militares

Em um levantamento feito pelo jornal *Folha de S. Paulo*, as inúmeras viagens que o presidente da República, Jair Bolsonaro, realizou entre março de 2020 e março de 2021 foram bastante custosas aos cofres públicos. O jornal estimou que idas a eventos ou instalações militares custaram mais de R\$ 2,5 milhões, tendo sido a mais cara destas uma ida ao Rio de Janeiro em 14/08/20, totalizando R\$ 382,9 mil. Na ocasião, o presidente compareceu à inauguração de uma escola cívico-militar, visitou o Comando Militar do Leste (CML) e o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Cerca de R\$ 1 milhão foram gastos com transporte aéreo em aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) em viagens a São Francisco do Sul e Guarujá. (*Folha de S. Paulo* - Poder - 07/06/21)

9- Força Aérea Brasileira transportou pacientes em estado grave do Mato Grosso do Sul para São Paulo

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o estado do Mato Grosso do Sul está em ocupação máxima de leitos e, por isso, foi realizado no dia 06/06/21 o transporte de cinco pacientes em estado grave para hospitais na cidade de São Paulo em avião Força Aérea Brasileira (FAB). A aeronave desembarcou no

aeroporto de Congonhas e, de acordo com a secretaria estadual de Saúde de São Paulo, os pacientes foram enviados para hospitais de referência em tratamento de casos graves, sendo internados em leitos de terapia intensiva. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 07/06/21)

10- Carreira e obra de Carlos Vergara foi retratada por jornal

Reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo* percorreu sobre a carreira e obra de Carlos Vergara, pintor e fotógrafo ativo nos anos 1970, durante a ditadura militar (1964-1985). O jornal lembrou o bloco carnavalesco Cacique de Ramos no Rio de Janeiro em 1972, e o posicionamento político de jovens negros. Vergara contrastou a horizontalidade do bloco com a hierarquia do governo militar em Brasília. O período foi caracterizado como “anos sombrios” e Vergara se interessava por “manifestações de que a população estava vivendo autenticamente, sem ser discurso ou comício”, sempre buscando formas artísticas de empoderamento racial. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 07/06/21)

11- Colunistas discorreram sobre ameaças à democracia no Brasil

Em coluna escrita por Luiz Paulo Costa e publicada pelo periódico *O Estado de S. Paulo* foi tratado sobre o estado atual da democracia no Brasil. Relembrando sobre 1964, ano do golpe que instaurou a ditadura militar (1964-1985), o colunista caracteriza que o período autoritário foi fruto da retomada dos plenos poderes presidenciais por João Goulart após o referendo de 1963. Sobre o regime autoritário, Costa afirmou que até a atualidade o Brasil vive suas reminiscências, lembrando distorções no princípio “um eleitor, um voto” no sistema eleitoral brasileiro, uma herança do “pacote de Abril”. Por sua vez, o jornalista e diretor de opinião do *Estado* Antônio Carlos Pereira acredita que a “escalada da crise” entre o presidente da República, Jair Bolsonaro, e os militares pode implicar em “forte degradação democrática” ao país, fazendo-o “assemelhar-se à Venezuela chavista”. Pereira embasou-se em entrevistas dada ao *Estado* pelo ex-ministro da Defesa Raul Jungmann, que alegou que “Bolsonaro persegue o modelo de Chávez” e transforma as forças armadas em “braço do bolsonarismo”. O jornalista destacou que os últimos eventos têm demonstrado que Bolsonaro tenta transformar as forças em “sua guarda pretoriana” e uma crise está se instaurando pelas narrativas que pretendem levantar dúvidas sobre o processo eleitoral. Pereira também resgatou entrevista dada pelo ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Roberto Barroso à TV Cultura, em que denomina o aumento de militares no governo como “chavização”, destacando os problemas de que as Forças Armadas se identifiquem com governos, já que a alternância democrática pode permitir ruptura na condução governamental, mas as Forças Armadas como instituição de Estado devem permanecer independentemente da política. Para o jornalista, as regalias dadas aos militares, a militarização do governo e o fato de Bolsonaro chamar de “meu Exército”, não se trata de figura de linguagem, mas de sua intenção de “enredar as Forças Armadas em seus devaneios golpistas” e menciona o aumento em 30% de militares da ativa no governo, bem como a submissão do general Eduardo Pazuello ao governo sob “vista grossa do Comando do Exército” como ponto alto desta crise. Ademais, o jornalista destacou a tentativa do Congresso de resistir à militarização pela Proposta de Emenda Constitucional que pretende proibir a atuação de militares da ativa em cargos civis no Executivo, mas reforçou que pode ser uma ação tardia e que a

“identificação forçada por Bolsonaro entre ele e os militares já não depende mais de quem usa o crachá do governo”. Já em coluna de opinião para *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Fernando Gabeira apontou a decisão do Exército de não punir o ex-ministro Eduardo Pazuello por sua participação em manifestação política com o presidente Jair Bolsonaro, como um exemplo de ameaça à democracia. De acordo com o jornalista, a decisão dos militares de "abrir mão do estatuto disciplinar" ocorreu a fim de evitar uma crise com o presidente do Executivo. Ainda, o colunista também afirmou que "os fundamentos de um governo autoritário já estão sendo estabelecidos no país", e destacou que as atuais ameaças à democracia se dão progressivamente. (*O Estado de S. Paulo - Opinião - 07/06/21*; *O Estado de S. Paulo - Notas & Informações - 08/06/21*; *O Estado de S. Paulo - Opinião - 11/06/2021*)

12- Após absolver Pazuello, comandante do Exército foi condecorado com Grã-Cruz

Conforme informou o periódico *Correio Braziliense*, o comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, foi condecorado com a Grã-Cruz pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, após ter absolvido o general e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. A honraria representa o grau mais alto da Ordem do Mérito da Defesa, e é concedida a militares ou civis que prestam serviços relevantes ao Ministério da Defesa ou às Forças Armadas. (*Correio Braziliense - Política - 08/06/21*)

13- Tenente-coronel defensor da cloroquina foi exonerado do Ministério da Saúde

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o ministro da Saúde, Marcelo Quiroga, exonerou o tenente-coronel do Exército Ângelo Martins Denicoli, nomeado diretor do Departamento de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2020 pelo então ministro, general Eduardo Pazuello. Denicoli é um dos defensores do uso da cloroquina no tratamento contra a covid-19. O *Correio* lembrou que o tenente-coronel criticou a Organização Mundial da Saúde (OMS), ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e governadores em suas redes sociais. (*Correio Braziliense - Brasil - 08/06/21*)

14- Em crise de segurança pública, prefeito de Manaus solicitou atuação das forças armadas

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, na esteira dos ataques que têm acontecido desde o dia 06/06/21 em Manaus que abriram crise na segurança pública da cidade, o prefeito David Almeida solicitou ao governador do estado autorização para intervenção das forças armadas sob a premissa da garantia da lei e da ordem. Almeida também conversou com o comandante militar da Amazônia, general Luís Carlos Gomes Mattos, alegando que já estava “mais do que na hora de o Exército ‘entrar’ nas ruas”. De acordo com os jornais, foram suspensas as aulas, o transporte público e a vacinação após 29 veículos, 7 agências bancárias e 8 prédios serem alvejados, supostamente por integrantes do Comando Vermelho como revanche pelo assassinato de um membro pela polícia. (*Correio Braziliense - Brasil - 08/06/21*; *O Estado de S. Paulo - Metrópole - 08/06/21*)

15- Mourão cogita nova GLO na Amazônia após aumento dos focos de incêndio

Conforme noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*, em razão do aumento dos focos de queimadas da Amazônia, o vice-presidente da República e chefe do Conselho da Amazônia, general Hamilton Mourão, avalia retorno dos militares à região por meio da Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Conforme monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) através do Programa Queimadas, foram identificados 1.166 focos de incêndio na Amazônia durante o mês de maio, maior número desde 2008. A *Folha* informou que o orçamento requisitado por Mourão ao ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, é inferior ao utilizado nas Operações Verde Brasil 1 e 2. Conforme Mourão, no atual cenário de defasagem de demais órgãos ambientais na região, as opções seriam uma ação orçamentária de apoio às agências ou a instauração de nova GLO. Questionado sobre possível conversa com o ministro do Meio Ambiente, Mourão afirmou em tom irônico: "O ministro [Ricardo] Salles tem muito tempo que eu não vejo". Já *O Estado de S. Paulo* reportou que a nova operação se concentrará em regiões que apresentam os maiores índices de queimada e desmatamento, sendo estes 11 municípios prioritários. Ainda, o periódico apurou que a Operação Verde Brasil 2, cuja previsão era de extensão das atividades até 2022, foi encerrada em abril de 2020 por falta de verbas federais para o ministério da Defesa. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 08/06/21; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 11/06/21)

16- Pazuello e Exército foram avisados sobre colapso em ofícios do governador do Amazonas

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, e o comando do Exército na Amazônia ignoraram pedidos em ofícios do governador do Amazonas, Wilson Lima, cinco dias antes do colapso de oxigênio no estado. O inquérito sigiloso da Polícia Federal, que investiga supostos crimes do Pazuello, reuniu evidências de que o ex-ministro e o Exército foram avisados sobre a "iminência de esgotamento" de oxigênio em Manaus em janeiro, previamente ao colapso do sistema de saúde. Segundo a *Folha*, um ofício assinado pelo governador foi enviado a Pazuello em 09/01/21, apontando um "súbito aumento no consumo" do insumo. O documento alerta para a "iminência de esgotamento" e para a "necessidade de resguardar a vida dos pacientes" no estado. No mesmo dia, Lima enviou ofício similar ao comandante militar da Amazônia. (Folha de S. Paulo - Saúde - 09/06/21)

17- Processo que absolveu Pazuello recebeu sigilo de até 100 anos

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Exército decidiu impor sigilo de até cem anos ao processo disciplinar que resultou na absolvição do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde. Segundo a *Folha*, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), foram encaminhados pedidos ao comando do Exército para que fosse dada transparência tanto à defesa por escrito de Pazuello quanto aos andamentos do processo disciplinar instaurado pelo comandante da Força. O Exército negou os pedidos, argumentando que o caso se enquadra no trecho da LAI que trata de informações pessoais, e, assim: "informações pessoais" terão acesso restrito, "independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem". (Folha de S. Paulo - Poder - 09/06/21)

18- Em depoimento à CPI da Covid, coronel Élcio Franco buscou justificar a lentidão por vacina

Conforme o periódico *Folha de S. Paulo*, em seu depoimento à CPI da Covid-19, o coronel Élcio Franco, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde, admitiu que o tratamento precoce foi utilizado pelo governo federal como estratégia principal para enfrentar a pandemia. Atualmente assessor da Casa Civil, Franco replicou as versões dadas pelo general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, para justificar a lentidão no processo de compra das vacinas. Franco responsabilizou a legislação brasileira e o atraso na produção dos imunizantes. O ex-secretário-executivo assegurou que a gestão Pazuello defendeu o “tratamento precoce”, contudo, evitou responder se o ministério da Saúde respaldava o uso da hidroxicloroquina. O coronel do Exército alegou que em sua gestão não houve aquisição do medicamento, mas segundo informações obtidas pelo jornal 2 milhões dos 3 milhões de comprimidos de cloroquina produzidos pela Fiocruz para o combate à malária foram designados para o programa da Covid-19. Em resposta ao questionamento do relator Renan Calheiros quanto ao atraso na aquisição de doses da vacina Coronavac, Franco culpou a legislação brasileira e apontou incertezas quanto à eficácia do imunizante. O coronel refutou que houve “incompetência e ineficiência” do ministério da Saúde durante o processo de compra da vacina da Pfizer, argumentando que algumas correspondências citadas pelo senador Randolfe Rodrigues na CPI eram e-mails repetidos e respostas de demandas da pasta. O ex-secretário-executivo afirmou desconhecer a existência de um gabinete paralelo fora da estrutura do ministério da Saúde e sinalizou que alguns municípios podem ter apontado de forma indevida casos de infecções da Covid-19 com o intuito de receber repasses federais (Folha de S. Paulo - Poder - 10/06/2021)

19- Em comemoração à data magna, almirante destacou contribuição da Marinha à Operação Covid-19

Em celebração à data magna da Marinha – 11 de junho –, o periódico *O Estado de S. Paulo* publicou coluna opinativa escrita pelo almirante de esquadra Almir Garnier Santos, que enfatizou o trabalho desenvolvido pela Força durante a pandemia. Operação Covid-19, a Força Naval é incumbida de dois comandos conjuntos ativados pelo ministério da Defesa e seu trabalho inclui a desinfecção e descontaminação de locais com grande circulação, a fabricação de respiradores em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), a fabricação de máscaras, o transporte de oxigênio, medicamentos e insumos hospitalares. Além disso, a Marinha atuou na realização de cursos de capacitação para profissionais da saúde de hospitais civis, no apoio à vacinação e na inspeção em meios navais. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 10/06/2021)

20- Alto Comando do Exército apoia “PEC do Pazuello”

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propõe vetar a presença de militares da ativa em cargos da administração pública tem apoio majoritário no Alto Comando do Exército. A ideia de barrar a presença de oficiais da ativa nos governos ganhou forma, ainda que ninguém tenha se manifestado publicamente. O foco parece estar na Força, visto que há pouco questionamento sobre o fato do almirante da ativa Flávio Rocha ocupar assento no Palácio do Planalto. A PEC, de autoria da deputada Perpétua Almeida, ainda está na fase de coleta de assinaturas, mas possui apoio

de diversas lideranças, e passou a ser bem-vista pelo presidente da Casa, Arthur Lira. De acordo com o texto, os militares com até dez anos de caserna terão de se afastar para então assumir um cargo público, ao passo que quem tem mais de dez anos deve ir direto para a reserva. Em editorial, a *Folha* comentou sobre a proposta, apontando que além do potencial perigo representado pelos militares para a política, as forças armadas "servem ao país, não a governos", de forma que é necessária uma legislação específica que barre a entrada de militares em cargos políticos e em empresas estatais. Ainda, o periódico afirmou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, ao convidar militares para integrar seu governo, "vem trabalhando para esmaecer" a separação entre as funções institucionais das forças armadas e da gestão estatal. (Folha de S. Paulo - Poder - 10/06/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 11/06/2021)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não estão disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Grasião Campos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leticia Beneves (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lisa Barbosa (Redatora, mestranda em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).